



## História e Instituições de assistência: perscrutando trajetórias marginais (1930 – 2011)<sup>1</sup>

### Viviane Trindade Borges

Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina

Pretendo analisar alguns aspectos do trabalho que vem sendo desenvolvido nos acervos de duas instituições de internamento de SC: a Penitenciária de Florianópolis (1930) e o Hospital Colônia Sant'Ana (1941). Um trabalho que envolve pesquisa e extensão: Projeto de pesquisa Tempo presente e instituições de isolamento social em Santa Catarina: perscrutando histórias marginais (1930 – 2011) – que recebeu apoio de CNPq/2014 e Programa de extensão Arquivos Marginais, criado em 2011. O trabalho vem contribuindo para a preservação dos arquivos institucionais, promovendo o acesso destes à pesquisa e problematizando fontes ainda pouco exploradas pela historiografia. Tratarei aqui do percurso percorrido até o momento.

O envolvimento dos alunos da disciplina de Patrimônio Cultural no trabalho de salvaguarda destes acervos levantou questões relacionadas ao valor patrimonial destes lugares, iniciarei minha fala tratando um pouco disso. A história das instituições de internamento diz respeito à sociedade que as construiu, desvelando como e por que determinado período preocupou-se em criar lugares destinados aos desviantes. Alguns destes espaços ganharam novos usos no tempo presente, através da criação de lugares de memória e da preservação de seus acervos, os quais adquirem cada vez mais importância no âmbito da história. Esse novo “horizonte de expectativas” se desvincula de todas as experiências anteriores ligadas à preservação, desvelando uma nova relação com o passado (KOSELLECK, 2006). Desta forma, pensar estes espaços sob o ponto de vista patrimonial é algo muito recente entre arquitetos, historiadores, museólogos e demais profissionais que poderíamos chamar “da memória” e “do patrimônio”, mas é um exercício necessário, dada a importância histórico-social destes lugares.

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Edital Universal 14/2014.

No que se refere ao patrimônio cultural da saúde, a própria definição ainda é pouco difundida e trabalhada entre os profissionais dedicados ao tema e refere-se, conforme definição da Rede Brasileira de Patrimônio Cultural da Saúde, “a um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural”.<sup>2</sup> Entre esses bens, possíveis de serem patrimonializados, encontram-se os hospitais, que por muito tempo sequer constavam entre os bens dignos de preservação, isso devia-se a uma visão limitada do que viria a ser patrimônio, a qual vem sofrendo profundas transformações.

A respeito das prisões, a expressão “patrimônio carcerário” ainda não é muito conhecida entre os pesquisadores brasileiros. Ela ganhou força recentemente na França, através de iniciativas como a realização do Colloque L’architecture carcérale, des mots et des murs” organizado em 2010 pela Ecole Nationale d’Administration Pénitentiaire, e de publicações recentes como a obra intitulada “Patrimoine de France d’Etienne Madrange” (Lexis Nexis 2013), bem como o dossiê « Patrimoine carcéral », dirigido por Jean-Claude Vimont na Revista “Criminocorpus”. A abertura para visita da Prison de La Sante, em Paris, durante as Jornadas do Patrimônio francês em 2014, marcou definitivamente a emergência do tema como questão importante dentro das discussões ligadas ao patrimônio cultural francês.

Voltando ao caso brasileiro, na lista dos bens tombados pelo IPHAN (entre 1938 e 2015) encontramos pouco mais de 10 hospitais e 27 casas de câmara e Cadeia (ou cadeias públicas – que abrigavam a cadeia e os órgãos administrativos do municípios), todos dos períodos da Colônia e Império, inscritos, sobretudo, nos livros de Belas Artes, considerando apenas o valor estético das edificações.

Na referida lista não há nenhuma referência a instituições do século XX. Se pensarmos nas políticas públicas do período republicado, tanto a República Velha (1889 – 1930) quando a Era Vargas (1930 – 1945) foram responsáveis pela construção de dezenas de importantes edificações, muitas em estilo moderno, como hospitais gerais, psiquiátricos, sanatórios para tuberculose, leprosários e penitenciárias, espaços que mediaram as iniciativas governamentais de controle e

---

<sup>2</sup> <http://www.redebrahpcs.saude.gov.br/php/index.php>. Acesso em 20/12/2013.



proteção. Em Santa Catarina, por exemplo, nesse período foram construídas as duas instituições aqui elencadas: a Penitenciária de Florianópolis (1926) e o Hospital Colônia Sant'Ana (1941).

Pensar estes espaços do ponto de vista patrimonial, como lugares de memória, com base em valores, para além do artístico, mas históricos, culturais, memoriais, não é um exercício fácil. Essas edificações nem sempre se inserem no consenso construído a respeito do que deve ser preservado: são lugares de difícil inserção e aceitação na teia urbana, deslocados ou abandonados, que provocam repulsa, medo ou recordações dolorosas. Cristina Meneguello (p. 47) ao tratar do patrimônio industrial evidencia a existência de patrimônios sombrios, lugares de “difícil leitura na trama da cidade”. São memórias difíceis, conforme aponta Paul Ricoeur (2007), que tecem um dever de não esquecer, permitindo “que aquilo que não possa ser compreendido possa ao menos ser narrado”.

A entrada dos historiadores nesses espaços é sempre um desafio. Fernando Salla (2013, p. 13), referindo-se a pesquisa nas prisões descreve bem os caminhos sinuosos que também podem servir de metáfora para a pesquisa em hospitais psiquiátricos:

A experiência de fazer pesquisa na prisão é a mesma de percorrer dois labirintos. Primeiro, colocam-se os caminhos tortos, sinuosos, com idas e vindas, com autorizações e negações, negociações e astúcias, para que se possa entrar nas prisões. Segundo, a esses percursos confusos e sempre pontilhados de desconfiança que orientam os que governam as prisões, estão os desafios do labirinto real, dos labirintos arquitetônicos, nos quais um pesquisador em geral nunca pode ser mover sozinho, com autonomia de decisão.

O trabalho realizado pelo LabPac em parceria com as instituições aqui citadas permitiu, em 2011, a inauguração do CEDOPE no HSC, um espaço que abriga o acervo documental e museológico da instituição. Em 2012, os alunos da disciplina de Patrimônio Cultural realizaram uma exposição no Memorial da Penitenciária de Florianópolis – espaço que funciona no prédio administrativo do complexo, criado por iniciativa da direção em 2010. Em 2013 os prontuários de presos da Penitenciária entre 1930 e 1970 foram cedidos ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas/UDESC (IDCH/UDESC) para serem



salvaguardados. Em 2014 iniciamos um trabalho, que infelizmente ainda não teve seguimento, de identificação do acervo fotográfico e museológico do HCST, o qual possui um pequeno Museu.

Nesse processo, fui consultada pela direção do HCST para montar um dossiê indicando o tombamento de parte do Hospital. Na Penitenciária, aconteceu justamente o contrario, a direção queria certificar-se de que o local não era protegido para pudesse fazer obras e melhorias sem precisar de autorização previa – e nisso cabei descobrindo que a Penitenciária é protegida pelo IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, instituída como Área de Preservação Cultural – APC2, instrumento que protege « imóveis que fazem parte da imagem urbana da cidade, ou seja, não podem ser demolidos, devendo ter preservadas suas características externas, ou seja, fachadas, cobertura e volumetria. As reformas internas são admitidas desde que não interfiram com o exterior da edificação ». Contudo, as discussões sobre a transferência do complexo, iniciadas nos anos 80, apontam a venda do mesmo, localizado em um bairro de alto valor imobiliário.

A demanda das próprias instituições pela criação de lugares de memória, espaços de celebração do passado que possuem a função de dar a ver a história da instituição, principalmente à funcionários e familiares, mostra a necessidade de se refletir sobre o tema e sobre o nosso papel como historiadores, já que também somos protagonistas nesse processo, constantemente procurados para « resgatar » memórias e acervos em perigo.

Através da exposição de documentos e objetos antigos, valorizando a história institucional e ressaltando sua importância para o Estado, as instituições parecem tentar “entender o que foram para compreender como são (ou como desejam ser)” (SCHMIDT e SPERANZA, 2012, p. 254). Sintoma do que podemos chamar de “cultura da memória” (HUYSSSEN, 2000) que perpassa o tempo presente, caracterizado pela proliferação de lugares para o depósito de lembranças em órgãos públicos e privados, clubes, escolas, hospitais, prisões, etc. Foi certamente essa “sedução pela memória” que mobilizou tais espaços a guardarem e exibirem seu passado, permitindo a preservação destes importantes acervos.

Hospitais psiquiátricos, prisões, leprosários, falei aqui de instituições distintas, mas que guardam muitos aspectos em comum. Foucault, se refere a elas como

instituições de sequestro, as quais possuem 3 funções imbricadas: o controle do tempo, do corpo e da produção de um saber a respeito dos indivíduos submetidos ao olhar controlador. A análise da documentação institucional, me refiro aqui especialmente aos prontuários, permite ampliar essa perspectiva, vislumbrando a experiência destes sujeitos, percebendo nessa documentação um “duplo discurso” - metodologia descrita pelo historiador mexicano Molina Rios, referindo-se ao trabalho de Cristina Rivera Garza<sup>3</sup> - ou seja, o discurso dos internos/sentenciados e o discurso daqueles que os queriam internados/presos. Para Molina, estes dois discursos imbricados constituiriam o discursos da sociedade em geral.

E sob esta perspectiva que estamos pensando as fontes encontradas nestes espaços. Falo aqui de prontuários de pacientes e presos, fontes que vem cada vez mais sendo usadas pelos historiadores devido a riqueza de suas informações, trazem a fala dos internados ou sentenciados, trazem cartas, diários, escritas deixadas por estes sujeitos e apreendidas nestes verdadeiros dossiês institucionais. Aqui entro na parte final da minha fala, tratando um pouco do trabalho de criação de instrumentos de pesquisa, nosso foco em 2015.

O que motivou a pesquisa simultânea nas duas instituições foi o fato de alguns dos sujeitos internados terem suas trajetórias ligadas aos dois espaços, ou seja, passaram pela Penitenciária e pelo hospital psiquiátrico. Eles foram classificados como “tipos à parte”, considerados perigosos para serem internados no hospital psiquiátrico e frágeis para permanecerem na Penitenciária. O termo foi encontrado no prontuário de J.A., transferido da Penitenciária de Florianópolis para o Hospital Colônia Sant’Ana. Considerado nem propriamente um “doente mental”, mas também “não podendo ser considerado são”, J.A. foi classificado como um “tipo à parte”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> André Molina estudou o paciente Albert Nicolat Talocín, ladrão, julgado por vários crimes no início do século XX, o qual teria fingido ser cleptomaníaco e messias. O trabalho objetiva evidenciar que o referido personagem utilizou-se do saber psiquiátrico em seu proveito para escapar das acusações e conseguir a liberdade. A metodologia descrita como « duplo discurso » e inspirada no trabalho de Cristina Rivera Graza. “She neither respected nor obeyed anyone”: inmates and psychiatrist debate gender and class at the General Insane Asylum La Castañeda, Mexico, 1910-1930. *Hispanic American Historical Review*, Vol 81: 3-4, 2001, p. 653-688. Apud MOLINA (Op. cit., p.76).

<sup>4</sup> Conforme o prontuário n. do interno J.A. no Hospital Colônia Sant’Ana: “[...] se faz evidente o desajustamento social. O paciente sendo portador dessa constituição não é propriamente um doente mental, também não podendo ser considerado como são. É um tipo à parte, que apresenta desarmonia constitucional de atributos psíquicos, principalmente relacionados à afetividade e à

A estrutura dos prontuários destas instituições é muito próxima. Em ambos os casos o objetivo maior era o controle da vida institucional de doentes e detentos, documentando suas trajetórias institucionais, suas faltas, tratamentos e punições.

Em nenhuma das duas instituições existia instrumentos que possibilitassem a pesquisa. No HCS os prontuários seguiam um índice onomástico, enquanto que na Penitenciária não havia nenhum tipo de organização. Tratando-se de um único tipo documental, prontuários, nosso primeiro movimento foi separar a documentação por ordem cronológica para em seguida criar Planilhas. Estas Planilhas trazem informações como: ano de internação/prisão, numero do prontuário, naturalidade, data de nascimento, instrução, profissão, “cútis”, residência, data de entrada.

No caso do HCS, cerca de 3700 prontuários já foram inseridos na Planilha, a qual possui alguns campos específicos como diagnóstico e o nome do internante.

No caso da Penitenciária, foram inseridos 652 prontuários, e também informações como o crime a que o detento foi condenado (segundo o código penal da época) e o local onde este foi praticado.

Também iniciamos o trabalho de digitalização dos prontuários da penitenciária, cerca de 450 já foram digitalizados.

Ate o momento o projeto ja resultou em 5 TCC's, uma dissertacao em fase de conclusao, alem de varios artigos em revistas e apresentacoes em eventos. Atualmente conta dois bolsistas de extensao e dois de IC, alem de 10 voluntarios.

As narrativas de e/ou sobre homens e mulheres encontradas nos prontuários, através registros pessoais e institucionais, desvelam o cotidiano asilar, mostrando que as identidades forjadas dentro deste espaço, longe de serem estabelecidas de forma definitiva, constituem “objeto de um constante trabalho de elaboração e redefinição” (REVEL, 1998, p. 25). Os prontuarios de internos e setenciados evidenciam comportamentos, normas internas, relações de convívio, poder, formas de tratamento, de punição, e sobretudo o cotidiano institucional. Esta tessitura é inseparável do espaço institucional, dos seus recursos disponíveis e de suas



limitações impostas, a partir dos quais estes atores sociais se orientaram e fizeram suas escolhas.

Pensar e propor iniciativas que sensibilizem o poder público para a necessidade de preservação dos acervos das instituições de internamento e suas edificações e uma tarefa trabalhosa, mas que permite ampliar o entendimento a respeito destes espaços, valorados por sua importância histórica, socio-cultural e patrimonial, lugares inseridos dentro do desenho das cidades, entendidos como parte de suas histórias, ainda que sejam histórias marginais.

### **Bibliografia**

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: Um balanço crítico. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 7, nº 14, 1987.

RIOS, Molina, Andrés. UN MESÍAS, LADRÓN Y PARANOICO EN EL MANICOMIO LA CASTAÑEDA. A PROPÓSITO DE LA IMPORTANCIA HISTORIOGRÁFICA DE LOS LOCOS. Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México, núm. 37, enero-junio, 2009, pp. 71-96

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2006.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios sombrios, memórias difíceis. In: FLORES, Maria Bernardete. PETERLE, Patricia (orgs.). São Paulo: Rafael Copetti, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, S.Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2007.

SCHMIDT, Benito. SPERANZA, Clarice. Processos trabalhista: de papel velho a patrimônio cultural. In: PAULA, Z.C. de. MENDONÇA, L. ROMANELLO, J.L. Polifonia do patrimônio. Londrina: Eduel, 2012.

### **Prontuários**

Penitenciária de Florianópolis. Prontuário do detento J.A. n. 2313 J 4 [1953]. Hospital



Colônia Sant'Ana. Prontuário do paciente J.A. n. 4112 [1956].